

Contas de Sarney lhe dão 61 votos

Articulações dominam o Planalto e previsões garantem os 5 anos

Pelas contas do presidente José Sarney, transmitidas ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, 61 dos 93 votos da Comissão de Sistematização são pelos cinco anos para o seu mandato. Já um levantamento feito ontem por um assessor do Palácio do Planalto a vantagem para Sarney cai para seis votos. Com 61 ou 49 votos já garantidos, o Presidente manteve o ritmo das negociações, tarefa a que tem se dedicado de corpo e alma nos últimos dias.

Com base na agenda e audiências extra-agenda, o presidente Sarney falou com mais de 40 constituintes, através do telefone, nos últimos dois dias e recebeu cerca de 20 parlamentares em seu gabinete, entre os quais: os deputados Jairo Aziz e Jonival Lucas (PFL-BA), Jorge Leite (PMDB-RJ), Adolfo de Oliveira, José Carlos Coelho, José Luis Sá e Osvaldo Almeida (FL-RJ), Sérgio Bri-

to (PFL-BA), Oscar Correia e Mário Assad, do PFL de Minas, Roberto Cardoso Alves e Del Bosco Amaral (PMDB-SP), além dos senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA), João Menezes (PFL-PA) e o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna com quem mantendo contato permanente.

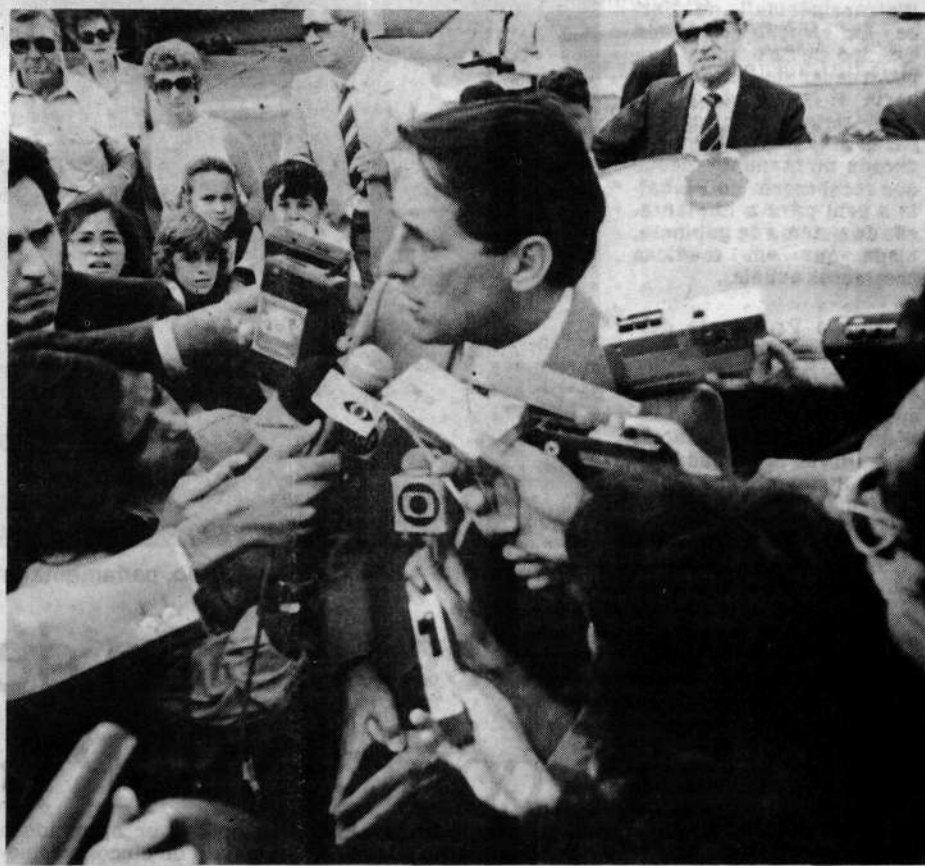
AS MANOBRAS

Além do corpo a corpo que vem sendo travado pelo presidente Sarney, as manobras políticas vêm sendo conduzidas pelos ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Antônio Carlos Magalhães das Comunicações, Borges da Silveira, da Saúde, e Hugo Napoleão da Educação.

Ontem, Costa Couto a convite dos líderes Mário Covas e Fernando Henriques reuniu-se com um grupo de senadores pa-

ra fazer um balanço da situação atual na Comissão de Sistematização e, também, tentar apagar as arestas criadas pelas ameaças de retaliação do presidente Sarney aos constituintes que votarem contra os cinco anos para o seu mandato.

"Não é bem assim. Houve um certo exagero da imprensa", explicou Costa Couto aos senadores na tentativa de "apagar o fogo". Mas, segundo um assessor do Presidente "as coisas serão exatamente como foram entendidas. Haverá retaliação e desta vez Sarney não ficará apenas nas ameaças". Isto, na opinião desta fonte, parece óbvio na medida em que se não for assim o Presidente não terá a mínima condição para sequer tentar negociar em plenário o sistema de governo. Próxima e decisiva batalha quando ele buscará reverter o resultado da Comissão de Sistematização que aprovou o parlamentarismo.



Quércia reafirmou seu apoio, mas não vai pressionar os constituintes

Quércia apóia sem pressionar

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, deixou o Palácio da Alvorada por volta das 15 horas, depois de almoçar com o presidente José Sarney, reafirmando a sua posição a favor do mandato de cinco anos para o atual governo. Todavia, Quércia ressaltou que não vai pressionar ou impor à bancada paulista na Comissão de Sistematização que vote contra as eleições diretas em 88, argumentando "o Presidente não tem o direito de exigir que o deputado vote de um jeito ou de outro".

Ao afirmar que não vai pressionar os companheiros do PMDB, o governador observou que já existem posições definidas com relação ao mandato, mas existe a preponderância dos que defendem cinco anos para Sarney. Quércia disse que "nunca pressiono no sentido de exigir do deputado. Acho que eles têm personalidade, que deve ser respeitada". Quércia acha que a pressão só é legítima quando existe a intenção de convencimento.

Aqueles que votarem pelos quatro anos, são deputados e senadores que merecem a mesma consideração e isso eu tenho a certeza absoluta de que é ideia do Presidente — disse o governador, revelando que essa foi a impressão que teve de Sarney durante a análise que fizeram do momento político nacional. Ele disse que encontrou o Presidente tranqüilo, pois acredita na vitória. Mas, Sarney não quis fazer ne-

hum prognóstico sobre o resultado da Comissão de Sistematização. Os dois não chegaram a conversar sobre as ameaças feitas no meio da semana, através do porta-voz da Presidência, Frota Neto.

Apesar de defender os cinco anos, Quércia garantiu que vai respeitar a decisão da Comissão. Ele negou que seja candidato à Presidência da República em 1988, mas não chegou a ajustar a hipótese quando foi indagado se seria candidato em 1989. "Essa é uma questão que não está em pauta", respondeu, observando depois com uma certa hesitação que "não sou candidato, isso eu posso dizer para você. Sou candidato a fazer o melhor possível em São Paulo".

TRANQUILIDADE

O governador afastou as acusações de que teria recebido uma concessão de uma estação de televisão para apoiar os cinco anos. Ele disse que tem duas emissoras de rádio uma AM e outra FM, mas que comprou com o seu dinheiro. Ele não ficou abalado com as acusações, e afirmou que "se quiserem me dar estou às ordens".

Quércia disse que apóia o mandato de cinco anos, porque depois da transição democrática, todos têm a "responsabilidade muito grande de ajudar o governo a resolver os problemas econômicos, os graves problemas que o País enfrenta". Para ele, Sarney precisa de uma "fase de tran-

qüilidade e de trabalho". Mas, nesse momento ele cometeu um equívoco e disse: "Sou favorável que as eleições para Presidente sejam somente em 88".

O governador reconhece, entretanto, que existe um "embaralhamento geral nas questões de economia, e de governo", devido principalmente aos trabalhos da Constituinte. Mas, com a promulgação da Constituição, o País tem de ter um "período de tranqüilidade de governo". A tranqüilidade é gerada pelos plenos poderes concedidos à Assembleia. Ele acha que o Presidente pode vencer a crise nos dois últimos anos de mandato. Eleições diretas em 88 vai gerar, na opinião de Quércia, a "fase de passionalidade".

A popularidade dos governadores, de acordo com o líder paulista, não será abalada por defenderem um mandato de cinco anos, e negou que na última reunião com Miguel Arraes, de Pernambuco; Valdir Pires, da Bahia; Moreira Franco, do Rio de Janeiro; e Pedro Simon, do Rio grande do Sul; — na noite de domingo, no Rio —, tenha sido fechada uma posição a favor de quatro anos. Ele disse que o encontro teve a finalidade de trocar ideias pessoalmente, já que às vezes é preciso que "você veja a pessoa", na medida em que todos os governadores também têm responsabilidades com os problemas nacionais. Subjetivamente, a maioria é favorável ao mandato de cinco anos, disse.

Collor denuncia a punição a Alagoas

Maceló — O governador Fernando Collor denunciou ontem que a discriminação imposta a Alagoas pelo Planalto pode trazer consequências seríssimas à população do Estado, como o colapso no abastecimento de água da capital, cuja solução está dependendo de um financiamento que esta semana foi retirado da pauta de reunião da diretoria da Caixa Econômica Federal, que não sabe agora quando o pedido será atendido.

Collor considera a retaliação "uma atitude odiosa que atinge todo o povo de Alagoas, penalizado porque o governador defende ponto de vista em consonância com as aspirações populares e contra os interesses do Planalto".

A população de Maceló, estimada em 700 mil habitantes, é abastecida por água de um sistema que está ficando obsoleto e que pode entrar em colapso a qualquer momento se não for concluído o Pratygy, um projeto que está com suas obras paralisadas por

falta de recursos e que agora, por determinação do Planalto, teve seu pedido retirado das prioridades da CEF.

O Planap — Plano Nacional de Habitação Popular, lançado pelo governo para atender a população de baixa renda com construção de moradias pelo sistema mutirão, também não contemplará Alagoas nessa primeira etapa. Esta é a informação que Collor recebeu de Brasília, configurando-se a decisão do governo do presidente Sarney de não atender aos interesses de Alagoas.

Outra discriminação a Alagoas foi confirmada ontem pelo presidente da LBA, Marcos Vilaca, quando liberou Cz\$ 1 bilhão 445 milhões para a implantação de hortas comunitárias nos estados do Ceará, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe — "nas regiões atingidas pela seca" — como disse Vilaca, "esquecendo" Alagoas, onde a seca castiga a população de 40 cidades.

Prisco desmente retaliações

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), declarou, durante o sorteio especial para a entrega dos grandes prêmios da Pronav/LBA, na Caixa Econômica Federal, ontem, que é imprudente a informação sobre possíveis retaliações do governo Sarney contra governadores e parlamentares que apoiarem, neste final de semana, o mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Segundo Prisco, no que diz respeito aos financiamentos liberados pela CEF, não haverá perseguição contra os governadores que apóiam o mandato mais curto para o Presidente. Ao ser indagado sobre um boato de que ele havia interrompido uma reunião de diretoria da CEF para ordenar que não mais se repassasse recursos ao governo do Estado de Ala-

Reagan ajuda na conquista dos 5 anos

O presidente Sarney terá dois argumentos que vão pesar amanhã, na decisão sobre o tempo de seu mandato: a favor, o anúncio do governo Reagan de retaliações contra produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos; e contra, as notícias de que no plenário da Constituinte o governo tentará aprovar o presidencialismo. No primeiro caso, o tema poderá beneficiar o governo, influenciando muitos a votar pelo mandato de cinco anos. No segundo caso, diversos parlamentaristas pretendem votar a favor de quatro anos, se não houver compromisso público de Sarney, de que o parlamentarismo, já aprovado na Comissão de Sistematização, será acatado.

O presidente Sarney, da mesma forma que Ulisses Guimarães e Aureliano Chaves, entende que tem o mesmo direito dos futuros presidentes de mandato de cinco anos. Tem sido muito invocado o princípio de isonomia. Alguns parlamentaristas que defendem mandato de cinco anos aos futuros presidentes, mas de quatro anos a Sarney, contestam o princípio. "Os futuros presidentes serão eleitos no regime democrático, com nova Carta, no voto direto. Sarney foi eleito com Tancredo Neves para o compromisso de levar a bom termo a transição" — esclareceu José Richa.

Anteontem, na conversa reservada com Ulisses Guimarães, o senador José Richa e o deputado Bernardo Cabral, ambos parlamentaristas e defensores do mandato de quatro anos, chamaram a atenção do presidente do PMDB para o risco de implosão do partido, se aprovado o mandato de cinco anos a Sarney na Comissão de Sistematização. "O PMDB vai rachar de alto a baixo e muita gente, mas muita gente mesmo, deixará o partido. A sociedade não se conformará com a decisão de eleições somente em 89" — alertou Richa.

Sant'Anna diz que há riscos e briga é dura

RITAMARIA PEREIRA Da Editoria de Política

O Palácio do Planalto continua avallando em diferentes reuniões, os possíveis resultados da votação de amanhã na Comissão de Sistematização sobre a duração do mandato do presidente José Sarney. Ontem, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, assegurou ao Presidente que os cinco anos passarão pois o quadro já está definido, mas a vantagem será por uma pequena margem de votos, o que não oferece segurança para deixar de lado os contatos políticos.

Na previsão do líder levado ao Presidente, ele advertiu que essa definição corre o risco, numa avaliação confirmada pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) que trabalha em parceria com Sant'Anna no trabalho de conversação com os integrantes da Comissão de Sistematização a fim de reverter tendências. Não é, porém, apenas o Palácio do Planalto que faz avaliações. Ontem, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) previu um resultado com dois votos de vantagem a favor dos cinco anos, mas avisou que nas suas contas, coloca todos os indecisos do lado do Governo.

Se a liderança governista se balizar por estimativas otimistas poderá mesmo ter surpresas. Isso se mede por uma conversa travada ontem entre Cid Carvalho e o líder do PCB, Roberto Freire. Sendo o comunista do grupo parlamentarista, um jornalista lhe indagou se ficava com quatro ou cinco anos. Cid apressou-se em dizer que no final ele optava por cinco e ouviu em seguida um protesto violento, regado à revolta contra o Governo.

— Você está muito enganado, comigo não tem moletagem não, reagiu Roberto Freire — não posso concordar com um Governo que afronta a Constituinte e não tem seriedade para conversar. Se quisesse mesmo acordo, deveria buscar as vias naturais da negociação, não é ficar chamado gente sem expressão para avaliação em Palácio.

Sem graça, e até surpreso com a reação, Cid Carvalho acabou desistindo da

catequese com o líder do PCB. Ele também guardou um mapa feito há dias, pois não corresponde mais à realidade. E aí explicou que Artur da Távola, Egidio Ferreira Lima e Nelson Carneiro eram parlamentaristas com cinco anos, mas passaram a defender quatro.

INDECISOS

Outros levantamentos registram cerca de dez constituintes indecisos, entre os quais o deputado José Lins, que confirmou esta posição. Ele quer parlamentarismo já com cinco anos, mas se entrar primeiro em votação uma emenda de eleições gerais depois da Constituinte, vota com ela. Existem ainda outros que chegam a defender seis anos de mandato, como Alredo Campos.

Os articuladores oficiais separaram as conversas por grupos. Não abordam os que são parlamentaristas ocasionais e desejam quatro anos porque essa é a forma de atingir o presidente José Sarney. Seriam eles, os deputados Pimenta da Veiga, Fernando Lyra e Sigmaringa Seixas, entre outros. Como s-o-a contra, não adianta argumentar e ficarão de fora, pois também preferem regime de gabinete já para reforçar a rejeição.

Existe porém o grupo de parlamentaristas convictos, com os quais o Governo namora, na certeza de que eles temem inviabilizar a mudança do sistema de governo com qualquer resultado que saia da Sistematização. Por isso mesmo querem uma negociação mais ampla, como a garantia de que o mandato de cinco anos aprovado não serviria para estimular o Palácio a centrar baterias no sentido de manter o presidencialismo. Isso viria com a concessão de favores aos centristas, que soariam votos a favor desta tese.

Neste grupo estão concentrados os interesses dos articuladores governistas, que contudo são olhados com desconfiança, pois até mesmo o deputado Carlos Sant'Anna já confirmou que se tudo der certo ele pretende aprovar cinco anos agora para lutar pelo presidencialismo depois. Ele até lembra que os parlamentaristas estão numa enrascada, pois com quatro anos virão logo as cam-

panhas presidenciais e com cinco, o esvaziamento da mudança.

SEM ACERTO

Existe ainda no grupo parlamentarista pessoas que não querem sentar na mesa dos acertos, apesar de identificados por amizade com o presidente Sarney, como é o caso do senador José Richa, magoado por causa da política do Paraná e com a nomeação do deputado Borges da Silveira para o Ministério da Saúde. Também ele não está sendo abordado.

Na estratégia dentro da Sistematização, nem sempre Sant'Anna anda na frente. Às vezes, primeiro o deputado Cid Carvalho, amigo do Presidente e parlamentarista, sonda o terreno e apara as arestas. Se percebe boa receptividade, então avisa ao líder governista que sai em campo. Eles só têm tratado de duração de mandato, mas nem decidiram ainda se votarão primeiro a emenda dos quatro anos para depois tratar da de cinco.

De qualquer modo, todos os interessados no assunto fazem contas. O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) disse que se a votação fosse ontem, o Governo ganharia com dois votos, mas a vantagem é relativa, avisou, porque colocou nos cinco anos todos os indecisos. Amanhã, o quadro muda, pois um deputado do PTB faltará e o suplente votará com quatro anos. Esse resultado também tem o aval de Fernando Lyra, que não pretende abdicar da decisão de aprovar a redução do mandato do presidente Sarney.

Ontem, o deputado Carlos Sant'Anna repetiu que não tem autonomia para fazer acordo futuro, como deseja um grupo de parlamentaristas, desejoso de manter a troca do sistema de governo com a garantia de dar cinco anos a Sarney. Mas admitiu que isso ficaria mais fácil se contasse com eles agora. Todavia, o diálogo não tem sido fácil, tanto assim que o líder governista gosta de dizer que em muitas de suas abordagens fala sobre presopóias com os parlamentaristas, e que o quadro está definido — justifica, mas pelo cinco anos. Só que não sem riscos a ponto de me deixar ir para casa tranqüilo para voltar apenas na hora da votação.

Irmão de Sarney prevê renúncia

São Luis — Evandro Sarney Costa, irmão mais velho do presidente José Sarney disse ontem que se vingar a tese de redução de mandato para Presidente dos atuais seis anos para quatro seu irmão terá a grandeza cívica de na próxima segunda-feira encaminhar ao Congresso Nacional a sua irrevogável renúncia, pois como sempre diz, e proclama abertamente, a Presidência para ele não é uma festa e sim o peso das responsabilidades que o cargo impõe. "Vamos ordenar os fatos, e contra fatos não existem argumentos: o presidente José Sarney tem cumprido todos os compromissos com a Nação, com a chamada transição democrática e com os partidos políticos, sobretudo com o PMDB que preenche a grande maioria do Ministério, inclusive o da Fazenda. O PMDB constitui maioria parlamentar na Constituinte

te e, em particular, na Comissão de Sistematização. Esta já fixou em cinco anos a duração do mandato dos futuros Presidentes da República.

Ele continua dizendo que na órbita da ordem jurídica nacional, o mandato do Presidente é de seis anos. Comenta-se que seria tendência da Comissão de Sistematização a redução do mandato para 4 anos. "A redução de mandato, em última análise representa uma cassação de mandato, deposição clara, inequívoca do atual Presidente. É um golpe de força, medida que estranhamente significa a negação de toda a decantada e dita tradição do PMDB contra o arbítrio", advertiu.

Para ele, a preValecer a tese depreende-se que a Comissão de Sistematização entende que a solução dos problemas nacionais depende exclusivamente do

afastamento do Presidente. Na sua opinião, isso seria uma concepção casuística, ditatorial e coroação de um plano preparado para impor à Nação, logo em março de 88, um Presidente, no caso do primeiro-ministro, cujo nome qualquer lavrador do Brasil distante muito bem.

Com a renúncia do Presidente, continua, os militares terão que intervir porque sempre as Forças Armadas cumpriram seu dever perante a Nação, em defesa de sua soberania e da sua ordem interna e externa. Se o Presidente da República largar a Presidência, não vejo nenhum futuro primeiro-ministro predestinado, milagroso para proporcionar a paz, o progresso, o baixo custo de vida, o fim da inflação da dívida externa, enfim para transformar o Brasil em um mar de rosas. E o Brasil nunca mais? Onde fica?

Ari Cunha

VISTO, LIDO E OUVIDO

Paciência de Sarney um dia será reconhecida no Brasil

Desde que assumiu o Governo, o presidente Sarney não teve um dia de descanso. É que a vida política do Brasil não gira em torno dos interesses do País, mas das pessoas. O Presidente, homem experiente, já sabia disso quando chegou lá, mas, hoje, alguns amigos acham que está faltando não um muro na mesa, mas que ele diga algumas frases. Pinçadas aqui e ali, e algumas das frases sugeridas que bem poderiam ser ditas pelo Presidente. A citação não inclui acusação, mas reconhecimento de uma situação:

- Jorginho, põe o pé no freio.
- Miguel, fica quieto um pouco, senão vem chumbo.
- Saulo, vai-te preocupar com letras. Não te mete nisto.
- Alvaro, pára de falar demais em Paris, porque não é tanto assim.
- Reinaldo, assim as coisas vão sair dos trilhos.
- Aníbal, broche foi o fim de Maria Antonieta.
- Tasso, ZPE assim não vai dar bem.
- Aloísio, o pote e o prato podem quebrar.
- Toinho, vá com carinho, porque na marra você se afoga.
- Iris, não faz palácio para guardar feijão-fradinho.
- Sodré, larga de ser bucho de piaba.
- Matias, essa injeção mata até cavalo.
- Murilo, quem não pode com o pote não pega na rodilha.
- Getúlio, vira tua lua pra lá...

Aureliano vê risco em reduzir mandato

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem ser favorável ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney porque convocar uma eleição antes de votada a legislação complementar da nova Constituição seria "uma precipitação perigosa".

Nós temos, continuou o ministro, de completar primeiro o texto constitucional com a lei complementar, sem o que a sua aplicação fica capenga. Como o próprio nome indica, a lei complementar dará o arcabouço definitivo para o texto constitucional, devendo-se ainda serem adaptadas as Constituições estaduais à nova Constituição Federal.

Ermírio diz que não é candidato a nada

São Paulo — Surpreso com o fato de ter sido um dos poucos empresários a participar do programa nacional de televisão do PTB, o diretor superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, reafirmou que sua decisão de não concorrer a qualquer cargo dos governos municipal, estadual ou federal "é irreversível".

Ermírio afirmou na nota que a edição do programa poderia induzir a opinião pública a concluir que ele foi realizado com o objetivo de promover sua imagem, pedindo que "não confundam minha disposição pessoal de opinar sobre os graves problemas nacionais, especialmente nesta hora, com qualquer intenção de natureza eleitoral". Ele diz ter apenas o compromisso com a produção, geração de empregos e o bem-estar nacional, mas "como cidadão livre, e em presário responsável que posso ser, continuarei exercendo esse direito com vistas às próximas gerações e não nas próximas eleições".

AOS CLIENTES DE ÓRGÃOS CONVENIADOS

- 01) - As entidades, abaixo relacionadas, publicaram em Edição de 08 de Novembro de 1987 no Correio Braziliense, Nota Prévia em que esclarecia a problemática do CH (Coeficiente de Honorários) a ser pago pelos Órgãos conveniados;
- 02) - Na referida nota constava a decisão de suspender os atendimentos aos clientes, cujos Órgãos conveniados não adotassem o novo valor estabelecido;
- 03) - Realizada, ontem, reunião com os Órgãos conveniados, informamos que será observado o CH no valor de (Cz\$ 13,95) (Treze cruzados noventa e cinco centavos) com vigência no período 03 de Novembro de 1987 à 31 de Dezembro de 1987, conforme adotado pela AMB, estando, portanto, restabelecido o atendimento sem restrições. Brasília-DF., 13 de Novembro de 1987.

- CENTRO INTEGRADO DE ANATOMIA PATOLÓGICA DE BRASÍLIA-CIAP
CENTRO DE RADIOLOGIA TAGUATINGA
CENTRO RADIOLOGICO DE BRASÍLIA
CLÍNICA RADIOLOGICA DE BRASÍLIA LTDA
CLÍNICA RADIOLOGICA MÉDICA LTDA
CLÍNICA RADIOLOGICA SÃO MARCOS
CLÍNICA RADIOLOGICA SÃO BRAZ
CLÍNICA RADIOLOGICA VILA RICA
CLÍNICA VILLAS BOAS
CLÍNICA RADIOLOGICA
DIAGNOSE-LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA
EXAME-LABORATÓRIOS DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA
IMAGEM CLÍNICA
INSTITUTO BRASILIENSE DE ECOGRAFIA
INSTITUTO MÉDICO DE BRASÍLIA
LABMEDICAL-LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA LTDA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES MÉDICAS DE BRASÍLIA LTDA
LABORATÓRIO BRASILIENSE
LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS
LABORATÓRIO DE CITOLOGIA E PATOLOGIA APLICADA
LABORATÓRIO DE PATOLOGIA E PREVENÇÃO DE CANCER LTDA
LABORATÓRIO PASTEUR
LABORATÓRIOS CLÍNICOS DE BRASÍLIA LTDA-LACLIB
LABORATÓRIO SANTA PAULA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA
SERVIÇO DE RADIOLOGIA DO H.G.O.
SOCIEDADE BRASILIENSE DE RADIOLOGIA LTDA.